

# ACORDO DE COOPERAÇÃO MÚTUA

entre a

**AUTORIDADE DO CANAL DO PANAMÁ**

e a

**ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA E MILHO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Este acordo que se subscreve entre a **Autoridade do Canal do Panamá** (“ACP”), pessoa jurídica autônoma de direito público, criada conforme os termos previstos pela Constituição Política da República do Panamá, com sede em Balboa, Panamá, República do Panamá, e a **Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja)**, uma organização sim fins de lucro, constituída por produtores rurais vinculados aos cultivos de soja e milho de Mato Grosso, com sede em Cuiabá - Mato Grosso - Brasil (doravante denominadas coletivamente as “**Partes**”).

CONSIDERANDO,

Que a **Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja)** é uma organização que representa os direitos, interesses e deveres dos produtores de soja e milho do estado de Mato Grosso – Brasil, dedicada ao desenvolvimento de ações e projetos que norteiam o crescimento sustentável da cadeia produtiva da soja e do milho no Mato Grosso;

Que a **ACP** é a organização encarregada de administrar, operar e manter o Canal do Panamá, uma importante plataforma logística multimodal das Américas pela qual transita anualmente 3% do comércio mundial. Em 26 de junho de 2016, a ACP inaugurou um multimilionário projeto que permite o trânsito de navios mais largos, mais longos e de maior calado, o que a torna em economias de escala e num sistema melhorado de transporte através do Canal do Panamá;

Que as **partes** reconhecem que o objetivo deste acordo é o de promover a rota do Canal do Panamá para embarques de grãos com origem em portos situados no Norte do Brasil e destinos em países situados no Pacífico;

Que as **partes** constantemente empreendem uma serie de atividades voltadas ao melhoramento do serviço de transporte em suas áreas de influência e ao fomento do crescimento do comércio global e;

Que as **partes** desejam cooperar na criação de consciência dos benefícios oriundos da ampliação do Canal e da otimização do transporte interno existente que é utilizado para mobilizar feijão de soja e outros grãos desde o Brasil através do Canal do Panamá.

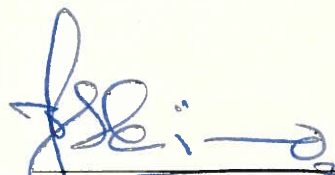
EM VIRTUDE DAS CONSIDERAÇÕES QUE ANTECEDEM, as **partes** acordam o seguinte:

1. Empreender iniciativas conjuntas, sujeitas às disposições de suas respectivas autoridades e regulamentações, para satisfazer os objetivos mencionados anteriormente, os quais incluirão:
  - a. Atividades conjuntas de mercado – Conforme for conveniente, as **partes** poderão empreender conjuntamente esforços de mercado para criar consciência dos benefícios oriundos da ampliação do Canal e de uma melhora no sistema interno de transporte para grãos no Brasil. Estes esforços conjuntos de mercado poderão incluir, mas não se limitarão a atividades conjuntas de publicidade Voltadas a promover a rota marítima, pavilhões conjuntos de exibição em eventos marítimos, conferências de imprensa conjuntas, publicação de artigos e outros materiais de relações públicas ou atividades de interesse mútuo.
  - b. Intercâmbio de informação – As **partes** poderão compartilhar informação de utilidade no prognóstico de fluxos comerciais futuros, o desenvolvimento de estratégias de mercado e a obtenção de informação adicional sobre o mercado marítimo. As **partes** também poderão trocar informação sobre temas de interesse que poderiam incluir informação sobre trânsitos, tipos de mercadorias, volumes de carga e planos futuros, dentre outros.
  - c. Estudos de mercado - As **partes** poderão trocar informação obtida por meio de estudos realizados por eles, seus consultores ou representantes, que possa ser de interesse para a outra parte. A informação obtida dos estudos será tratada de maneira confidencial até onde seja permitido por lei. As **partes** também poderão realizar estudos conjuntos sobre suas respectivas áreas de interesse.
  - d. Modernização e melhoras - As **partes** poderão compartilhar informação com respeito às melhoras e/ou esforços de modernização que se realizam em que o propósito seja a necessidade de satisfazer o aumento na demanda ou melhoramento dos serviços de transporte.
2. O presente Acordo terá uma duração de dois anos, renovável por mútuo acordo das partes.
3. As **partes** reconhecem que estão obrigadas por suas respectivas leis e regulamentações referentes à divulgação de informação pública a terceiros.

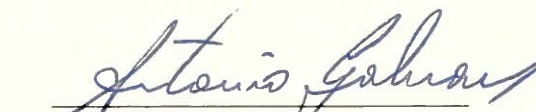


4. O presente Acordo não deverá ser interpretado de tal maneira que estabeleça uma relação de mandato ou de sociedade, entre as **partes**, e nenhuma destas terá o poder de comprometer a outra parte sob nenhuma obrigação por conduta atribuível à outra parte.
5. Qualquer das **partes** poderá dar por terminado o presente Acordo mediante notificação escrita à outra parte, com trinta (30) dias de antecipação à data em que pretenda dar por terminado.
6. As **partes** poderão formar outras parcerias, de natureza similar ou idêntica, com outras entidades.
7. O presente documento estabelece o acordo total das **partes** em relação a esta parceria de cooperação. Este Acordo de Cooperação Mútua só poderá ser modificado mediante comunicação escrita, a qual será assinada e datada pelas **partes**.
8. O presente Acordo tem por objetivo estabelecer as intenções gerais das **partes**, e não pretende estabelecer nenhum direito ou obrigação que seja juridicamente vinculante. Este Acordo entrará em vigor na data em que for subscrito pelo representante autorizado de cada uma das **partes**.

**Autoridade do Canal do Panamá**

  
\_\_\_\_\_  
Jorge L. Quijano  
Administrador  
Data: 14 marzo 2018

**Associação dos Produtores de Soja e  
Milho do Estado de Mato Grosso**

  
\_\_\_\_\_  
Antônio Galvan  
Presidente  
Data: 14/03/2018



# ACUERDO DE COOPERACIÓN MUTUA

entre la

**AUTORIDAD DEL CANAL DE PANAMÁ**

y la

**ASOCIACIÓN DE PRODUCTORES DE SOJA Y MAÍZ DE MATO GROSSO**

Este Acuerdo se suscribe entre la **Autoridad del Canal de Panamá (“ACP”)**, persona jurídica autónoma de derecho público creada conforme a los términos previstos por la Constitución Política de la República de Panamá con oficinas principales en Balboa, Panamá, República de Panamá, y la **Asociación de Productores de Soja y Maíz de Mato Grosso (Aprosoja)**, una organización sin fines de lucro, constituida por productores rurales vinculados a los cultivos de soja y maíz de Mato Grosso, cuyas oficinas principales se encuentran localizadas en Cuiabá - Mato Grosso - Brasil (en adelante denominadas colectivamente las “**Partes**”).

CONSIDERANDO,

Que la **Asociación de Productores de Soja y Maíz de Mato Grosso (Aprosoja)** es una organización que representa los derechos, intereses y deberes de los productores de soja y maíz del estado de Mato Grosso – Brasil, dedicada al desarrollo de acciones y proyectos que apuntan al crecimiento sustentable de la cadena productiva de la soja y del maíz en Mato Grosso;

Que la **ACP** es la organización encargada de administrar, operar y mantener el Canal de Panamá, una importante plataforma logística multimodal de las Américas por la cual transita anualmente el 3% del comercio mundial. El 26 de junio de 2016, la ACP inauguró un multimillonario proyecto que permite el tránsito de buques más anchos, más largos y de mayor calado, lo cual resulta en economías de escala y en un sistema mejorado de transporte a través del Canal de Panamá;

Que las **partes** reconocen que el objetivo de este acuerdo es promover la ruta del Canal de Panamá para embarques de granos con origen en puertos ubicados en el Norte de Brasil y destinos en países ubicados en el Pacífico;

Que las **partes** constantemente emprenden una serie de actividades dirigidas a mejorar el servicio de transporte en sus áreas de influencia y a fomentar el crecimiento del comercio global y;





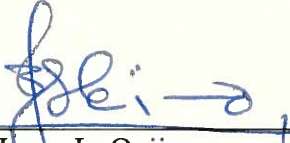
Que las **partes** desean cooperar en crear conciencia de los beneficios que se derivarán de la ampliación del Canal y de la optimización del transporte interno existente que es utilizado para mover frijol de soja y otros granos desde Brasil a través del Canal de Panamá.

EN VIRTUD DE LAS CONSIDERACIONES QUE ANTECEDEN, las **partes** acuerdan lo siguiente:

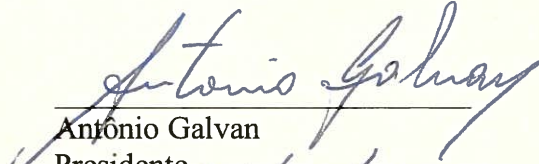
1. Empezar iniciativas conjuntas, sujetas a las disposiciones de sus respectivas autoridades y reglamentaciones, para satisfacer los objetivos antes mencionados, los cuales incluirán:
  - a. Actividades conjuntas de mercadeo – Conforme sea conveniente, las **partes** podrán emprender conjuntamente esfuerzos de mercadeo para crear conciencia de los beneficios que se derivarán de la ampliación del Canal y de un mejorado sistema interno de transporte para granos en Brasil. Estos esfuerzos conjuntos de mercadeo podrán incluir, pero no se limitarán a actividades conjuntas de publicidad dirigidas a promover la ruta marítima, pabellones conjuntos de exhibición en eventos marítimos, conferencias de prensa conjuntas, publicación de artículos y otros materiales de relaciones públicas o actividades de interés mutuo.
  - b. Intercambio de información – Las **partes** podrán compartir información de utilidad en el pronóstico de flujos comerciales futuros, el desarrollo de estrategias de mercadeo y la obtención de información adicional sobre el mercado marítimo. Las **partes** también podrán intercambiar información sobre temas de interés que podrían incluir información sobre tránsitos, tipos de mercaderías, volúmenes de carga y planes futuros, entre otros.
  - c. Estudios de mercado - Las **partes** podrán intercambiar información obtenida a través de estudios realizados por ellos, sus consultores o representantes, que pueda ser de interés para la otra parte. La información obtenida de los estudios será tratada de manera confidencial hasta donde lo permita la ley. Las **partes** también podrán realizar estudios conjuntos sobre sus respectivas áreas de interés.
  - d. Modernización y mejoras - Las **partes** podrán compartir información con respecto a las mejoras y/o esfuerzos de modernización que se realizan y cuyo propósito sea la necesidad de satisfacer el aumento en la demanda o mejorar los servicios de transporte.
2. El presente Acuerdo tendrá una duración de dos años, renovable por mutuo acuerdo de las **partes**.
3. Las **partes** reconocen que están obligadas por sus respectivas leyes y reglamentaciones referentes a la divulgación de información pública a terceros.
4. El presente Acuerdo no deberá ser interpretado de manera tal que establezca una relación de mandato o de sociedad, entre las **partes**, y ninguna de estas tendrá el poder de comprometer a la otra parte bajo obligación alguna por conducta atribuible a la otra parte.

5. Cualquiera de las **partes** podrá dar por terminado el presente Acuerdo mediante notificación por escrito a la otra parte, con treinta (30) días de antelación a la fecha en que se desee darlo por terminado.
6. Las **partes** podrán formar otras alianzas, de naturaleza similar o idéntica, con otras entidades.
7. El presente documento establece el acuerdo total de las **partes** en relación a esta alianza de cooperación. Este Acuerdo de Cooperación Mutua sólo podrá ser modificado mediante comunicación escrita, la cual será firmada y fechada por ambas **partes**.
8. El presente Acuerdo tiene como objetivo establecer las intenciones generales de las **partes**, y no pretende establecer ningún derecho u obligación que sea jurídicamente vinculante. Este Acuerdo entrará en vigencia en la fecha en que sea suscrito por el representante autorizado de cada una de las **partes**.

**Autoridad del Canal de Panamá**

  
\_\_\_\_\_  
Jorge L. Quijano  
Administrador  
Fecha: 14 marzo 2018

**Asociación de Productores de Soja y Maíz  
de Mato Grosso**

  
\_\_\_\_\_  
Antonio Galvan  
Presidente  
Fecha: 14/03/2018

